



*Ata de Análise do recurso apresentado pela empresa GLOBO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA Recurso Administrativo nº. 3825/2020.
SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA Contrarrazões sob o nº.
4266/2020*

Processo de origem nº 11.162/2019 - Concorrência Pública de nº 018/2019

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, às 10:00 horas à Rua Coronel Madureira, nº 77, Centro, Saquarema, reuniu-se a Comissão de Licitação sob a Presidência da Senhor Samuel Aranda Neto, estando presentes os demais membros: Jaqueline Gouveia da Silva, Flavio Fernandes José da Silva, Guilherme Vinicius e Castro Silva da Silveira, nomeados através da Portaria nº 542 de 11 de julho de 2019, para análise do recurso sob o nº. 3825/2020, apresentado pela empresa *GLOBO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA em face da empresa SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, declarada vencedora do certame com o preço apresentado em sua proposta no valor de R\$ 6.820.635,02, sendo o critério de julgamento menor preço global, nos autos do processo em epigrafe que tem por objeto à **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E DE MÃO DE OBRA, PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM DE DIVERSAS ESTRADAS DA SERRA DO MATOGROSSO, TINGUI E RIO MOLE, NO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ.***

Em breve síntese a recorrente se manifestou que recorrida não atendeu as Condições Gerais do Edital: (i) reduziu a alíquota de 5% (cinco por cento) do ISS do município de saquarema para o percentual de 2,5% (dois virgula cinco por cento), descumprindo os itens 15.3 e 15.4 do edital; (ii) apresenta planilha de preços em desconformidade com a planilha orçamentária disponibilizada como modelo no edital - qual seja o cálculo do BDI não foi aplicado sobre todos os valores de serviços e administração local da obra, descumprindo o item 12.8 do edital; (iii) Que da análise do *subtotal geral* dos serviços na planilha da recorrente se alcança o valor de R\$ 5.392.809,25, que representa um desconto 16,2000% diante do orçamento da Administração, e da planilha da recorrida se alcança um valor de R\$ 5.427.318,44, que representa um desconto de 15,6638%, sendo o preço da recorrente menor; (iv) que não se trata de erro material, mas sim de discrepância entre a planilha apresentada pela Santa Luzia em referência a planilha fornecido pela SMO, visto que o BDI é aplicado sobre os valores de Administração local da obra e não somente sobre os itens de serviços; (v) que o preço final que deu origem ao menor preço global foi alcançado de



forma indevida;(vi) que o BDI apresentado não se encontra de acordo com o estabelecido no anexo V do edital; (vii) que a proposta descumpre na apresentação e forma estabelecido no edital (itens 8.11.6; 8.11.;12.2e os anexos V e VII) e na legislação específica(arts. 3º ; 41; 43; 44; 46 e 48). Por fim, apresenta em seu pedido requerimento de provimento do recurso e para declarar a recorrida “...*desclassificada da Concorrência Pública nº 018/2019 por NÃO cumprir todos os requisitos previstos no Edital de licitação*”. A CPL encaminhou o recurso a empresa SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA para ciência e manifestação em contrarrazões se desejar. A Recorrida (SANTA LUZIA) se manifestou em petição, através do protocolo sob o nº. 4266/2020, datado de 28/02/2020.

Em síntese a recorrida assim, se manifestou: que da alegação da recorrente referente ao não cumprimento na aplicação do BDI, se manifesta “...*que houve erro material no cálculo do BDI sobre o item D – Administração Local, mais que atende ao critério de julgamento menor PREÇO GLOBAL, sob regime de execução indireta por empreitada por preço unitário, que ratificamos o nosso preço abrindo mão do BDI do item D – Administração local.*” . Prossegue, se manifestando em referência ao preço apresentado, citando jurisprudência de preço inexequível ou superior, e de apresentação de preços unitários superior aos da Administração. Por fim, em seu pedido se manifesta alegando que “...*tendo em vista que o erro cometido pela empresa, não irá trazer nenhum dano ao erário público, já que inclusive apresentamos a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, devendo a mesma lograr êxito para a sua finalidade e economia dos cofres públicos.*” Prossegue, requerendo a classificação da proposta.

Visto e examinados os autos do processo. Tempestivo é o Recurso e as contrarrazões apresentadas. Inicialmente, ao analisarmos o recurso apresentado identificamos diversos pontos de abordagem de descumprimento do edital e da legislação em referência a recorrida.

Registre-se desde logo, que a recorrida se manifestou em suas alegações tão e somente alegando o chamado “erro material no cálculo do BDI”. É de fácil constatação que a recorrida não questionou os pontos apontados pela recorrente. De certo, na sessão de abertura dos envelopes propostas e indicada na Ata da sessão a proposta de menor preço não se procedeu a devida análise da proposta apresentada. *In casu*, a análise da proposta ocorreu devido a manifestação da recorrente. Dos questionamentos apontados pela recorrente é de se considerar que razão assiste pelos motivos expostos e que se encontram em desacordo com o edital e com a legislação específica.



Analisaremos na sequencia indicada:

a) Da redução da alíquota de 5% (cinco por cento) do ISS do município de saquarema para o percentual de 2,5% (dois virgula cinco por cento), descumprindo os itens 15.3 e 15.4 do edital: A proposta apresentada pela recorrida em fl. 2358, e apresentada em fl. 53 do recurso demonstra de forma inequívoca se encontrar em desacordo com o edital, onde o percentual do ISS é de 5% (cinco por cento) e não de 2,50% (dois vírgula cinquenta);

b) Do cálculo do BDI não aplicado sobre todos os valores de serviços e administração local da obra: Do cálculo do BDI apresentado pela recorrida se encontra em desacordo com a planilha estabelecida no edital, conforme se comprova a fl. 2356 do processo e apresentada a fl. 51 do recurso, descumprindo o item 12.8 do edital. A recorrida declara em sua peça de contrarrazões que errou ao apresentar sua proposta, e assim, ao confessar tal erro, se manifesta em seu pedido de forma leviana que tal erro não trará prejuízo ao erário público.

c) Dos valores corrigidos na forma estabelecida no edital tão e somente com a soma da Adm local os valores da recorrida ultrapassam os valores da recorrente. Logo, por si só a proposta da recorrida já se encontra com o preço, acima do valor apresentado pela recorrente. Não obstante, se soma ainda, o percentual do ISS, a qual se caracteriza em vantagem indevida, não prevista no edital, bem como o alegado “erro” no título da Adm Local, se encontra em total desacordo com o edital, e não encontra amparo em nossa legislação.

Enfim, a proposta apresentada pela empresa SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, se encontra em total desacordo com o Edital, não merecendo prosperar. A recorrente apresenta em sua peça de recurso Laudo pericial do Engenheiro Civil Marco Aurélio Barbosa Monteiro CREA/RJ 2006117734 que em seu parecer se manifesta que a recorrida não atendeu o disposto no Edital em ref. ao BDI, e ao refazer os cálculos encontra valor acima da proposta apresentada pela recorrente. E, aponta o item 15.3 do Edital como determinada para desclassificação da proposta da recorrida. A recorrente apresenta ainda, planilha demonstrativa de comparação de preços unitários em fls. 40/45, na qual faz demonstração de ter apresentado todos os preços unitários menores que os indicados pela recorrida. Faz juntada ainda de todas as propostas demonstrando que as demais empresas atenderam tais requisitos do edital. Registre-se que apesar de precária a peça de contrarrazões esta CPL realizou a devida análise de todas alegadas infrações cometidas pela recorrida, o que sustenta ao final a decisão.



Os nossos Doutrinadores e a nossa consagrada Jurisprudência têm reconhecido a vinculação ao Edital, e deste (Edital) não pode se desviar o Administrador Público. Cito:

O relator do julgamento foi o Desembargador FRANCISCO VICENTE ROSSI e teve a participação dos Desembargadores RICARDO DIP (Presidente sem voto), OSCILD DE LIMA JÚNIOR E AROLDO VIOTTI. Os quais proferiram a seguinte decisão "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de conformidade com o voto do Relator.

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA - Procedimento licitatório - Empresa inabilitada motivadamente por descumprimento de exigências do edital - Edital é lei interna da licitação e "vincula inteiramente a Administração e os proponentes" (Hely Lopes Meirelles) - Capacidade operativa não se confunde com capacidade técnica específica - Recurso não provido.

Neste conseguinte, não podemos deixar de observar o conceito do princípio da “*Vinculação ao Instrumento convocatório*”, conforme exposto a cima. Portanto em se tratando de regras constantes de instrumento convocatório, deve haver vinculação a elas, e delas não se pode desviar. É o que estabelecem os artigos 3º, 41 e 55, XI, da Lei nº 8.666/1993, cito, os seguintes artigos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Art. 55. São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

[...]

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigível, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

Assim fica claro e mencionado no próprio acordo tal princípio, nas referidas partes:



"O edital é a lei interna da licitação e "vincula inteiramente a Administração e os proponentes" (Hely Lopes Meirelles, "Direito Administrativo Brasileiro", 30a ed., SP: Malheiros, p. 283)."

"A autora não preencheu a contento esses requisitos, "vindo, inclusive na inicial, a assumir o não atendimento integral aos termos do edital", como destacou o parecer da d. Promotora de Justiça (fls. 692)."

"Não ocorreram simples omissões ou defeitos irrelevantes, nem cláusula desnecessária, ou excessivo rigor no julgamento que apenas cumpriu o exigido pelo edital"

Fazendo efetivamente presente no acordão, e ficando claro que as exigências no edital foram pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação, assim à recorrida não preencheu os requisitos colocados no edital pela Administração Pública e não tem o que recorrer, pois a lei do edital é a que rege os conflitos inerentes deste contrato, à luz do princípio exposto leva à assertiva de que o edital é a lei interna da licitação, seja o certame para os conflitos e é a lei que rege todo andamento desta.

Se faz necessário, ainda, aqui expor que este princípio tem por finalidade não só evitar futuros descumprimentos das normas do edital, como o caso do acordão, acima citado, uma vez que a empresa não tinha condições de cumprir o que *pré* dispunha o edital, mas também evitar o descumprimento de diversos outros princípios atinentes ao certame, tais como o da transparência, da igualdade, da impessoalidade, da publicidade, da moralidade, da probidade administrativa e do julgamento objetivo.

Ainda, o nosso saudoso mestre Hely Lopes Meirelles:

*".....Como o procedimento desenvolve-se através de uma sucessão de **atos vinculantes para a Administração e para os licitantes, o que propicia igual oportunidade a todos os interessados** e atua como fator de eficiência e moralidade nos negócios administrativos. (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. SP. Malheiros. 19ª ed. P.247) (grifei).*

Por tudo isto, é o presente para receber o recurso apresentado pela empresa GLOBO CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA, e dar-lhe provimento nos termos acima expostos e em seus fundamentos legais, e por consequência, rejeitar as contrarrazões apresentada pela empresa SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, e assim, declarar desclassificada a proposta apresentada pela empresa SANTA LUZIA ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, nos próprios termos e fundamentos acima também expostos.



Assim sendo, tendo em vista o cumprimento dos dispositivos legais acima indicados e pertinentes ao presente, remeto o presente a PGM para ciência e emissão de parecer jurídico.

Não havendo mais nada a acrescentar foi encerrada a sessão às 12:30 horas, da qual eu, Guilherme Vinícius e Castro Silva da Silveira, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais presentes.

Samuel Aranda Neto

Presidente da Comissão de Licitação

Jaqueline Gouveia da Silva
membro

Flavio Fernandes José da Silva
membro

Guilherme Vinícius e Castro S. da Silveira
membro